

HABEAS CORPUS Nº 483.476 - SP (2018/0330616-0)

RELATOR : **MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK**
IMPETRANTE : CINTIA LIMA MARTINS DE PAULA
ADVOGADO : CINTIA LIMA MARTINS DE PAULA - SP0164433
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
PACIENTE : BRUNO MORAES STACHIN (PRESO)

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, com pedido de liminar, impetrado em benefício de BRUNO MORAES STACHIN, contra decisão do Des. Relator do Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo no julgamento do HC n. 2249054-87.2018.8.26.0000.

Extrai-se dos autos que o Juízo das Execuções indeferiu pedido de progressão de regime prisional pretendido pela defesa (fls. 57/58).

Irresignada, a defesa impetrou *habeas corpus* perante o Tribunal de origem, que foi indeferido liminarmente pelo relator, em razão da impetração originária ser indevidamente utilizada como substitutivo de agravo em execução. O acórdão restou assim ementado:

HABEAS CORPUS - EXECUÇÃO PENAL - Informações dispensadas, na forma do artigo 663 do Código de Processo Penal - Questões e benefícios relativos à execução penal (progressão de regime) - Matéria adstrita à competência do Juízo da Execução - Remédio heroico não faz as vezes de Agravo em Execução, recurso adequado ao caso - Via imprópria para análise do mérito - Pedido indeferido liminarmente (fl. 9).

No presente *mandamus*, a defesa alega que o paciente faz jus à progressão ao regime semiaberto, tendo em vista que cumpriu mais de 1/6 da pena que lhe foi imposta, bem como possui atestado de bom comportamento carcerário.

Requer, assim, em liminar e no mérito, seja concedida a progressão para regime semiaberto ao paciente.

O pedido de liminar foi indeferido (fls. 62/63). As informações foram prestadas pelas instâncias ordinárias (fls. 69/88 e 90/99).

O Ministério Público Federal opinou pelo não conhecimento do *habeas*

corpus (fls. 101/105).

É o relatório.

Decido.

Diante da hipótese de *habeas corpus* substitutivo de recurso próprio, a impetração não deve ser conhecida, segundo orientação jurisprudencial do Supremo Tribunal Federal – STF e do próprio Superior Tribunal de Justiça – STJ. Contudo, considerando as alegações expostas na inicial, razoável a análise do feito para verificar a existência de eventual constrangimento ilegal.

No caso dos autos, a impetrante busca a progressão ao regime semiaberto em benefício do paciente.

In casu, verifico que não comporta apreciação o pedido da impetrante, porquanto a irresignação, não foi analisada pelo Tribunal *a quo*, pois o Desembargador Relator, ao indeferir liminarmente o pedido, afirmou que o *habeas corpus* "não pode resolver questões incidentais da execução que demandem dilação probatórias, as quais deverão ser debatidas através do recurso próprio previsto na legislação da execução penal" (fls. 11/12).

Assim, considerando que o pedido aqui apresentado não foi julgado pela instância ordinária, fica vedado seu exame por esta Corte Superior, sob pena de se incorrer em indevida supressão de instância.

Nesse sentido tem se orientado a jurisprudência deste Superior Tribunal de Justiça:

AGRAVO REGIMENTAL NO HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. INTRODUÇÃO DE ENTORPECENTE NO ESTABELECIMENTO PRISIONAL. FALTA GRAVE. PRESCRIÇÃO. INOCORRÊNCIA. RECONHECIMENTO PELO JUÍZO DAS EXECUÇÕES. MANUTENÇÃO EM SEDE DE AGRAVO. TESE DE NÃO CONFIGURAÇÃO DA INDISCIPLINA. REEXAME DE PROVAS. IMPOSSIBILIDADE. PERDA DOS DIAS REMIDOS. PERCENTUAL APLICAÇÃO. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. AGRAVO DESPROVIDO.

(...).

3. A tese de ausência de fundamentação para a perda dos dias remidos no patamar máximo não foi objeto do agravo em execução na origem, tampouco apreciada pelo Tribunal de origem. Assim, o debate da questão nesta Corte Superior implicaria indevida supressão de instância, com explícita violação da competência originária para o julgamento de *habeas corpus*, definida no art. 105, inciso I, alínea c, da Constituição da República.

4. *Agravo regimental desprovido* (AgRg no HC 476.046/SP, Rel. Ministra LAURITA VAZ, SEXTA TURMA, DJe 11/03/2019).

RECURSO EM HABEAS CORPUS. EXECUÇÃO PENAL. PROGRESSÃO DE REGIME PRISIONAL TORNADA SEM EFEITO. AUSÊNCIA DO REQUISITO SUBJETIVO. COMETIMENTO DE NOVO DELITO. DECRETAÇÃO DE PRISÃO PREVENTIVA EM OUTRO PROCESSO. DECISÃO DEVIDAMENTE FUNDAMENTADA. INEXISTÊNCIA DE FLAGRANTE ILEGALIDADE. AUSÊNCIA DE DEFESA TÉCNICA. NÃO OCORRÊNCIA. DEFESA ESCRITA. POSSIBILIDADE. AUSÊNCIA DE COMPROVAÇÃO DE PREJUÍZO. SÚMULA N. 213 DA SUPREMA CORTE. AUSÊNCIA DE INFORMAÇÕES SUFICIENTES NOS AUTOS PARA CARACTERIZAÇÃO DO CONSTRANGIMENTO ILEGAL APONTADO. NECESSIDADE DE PROVA PRÉ-CONSTITUÍDA. PRAZO PRESCRICIONAL. APLICAÇÃO ANALÓGICA DO ART. 109, INCISO VI, DO CÓDIGO PENAL. FALTA DE AMPLA DEFESA NA INCLUSÃO DO RECORRENTE EM UNIDADE PRISIONAL FEDERAL. MATÉRIA NÃO ANALISADA PELA CORTE DE ORIGEM. SUPRESSÃO DE INSTÂNCIA. RECURSO DESPROVIDO.

(...).

6. A tese de ausência de ampla defesa na inclusão do recorrente em Unidade Prisional Federal, não foi analisada pela Corte estadual no presente habeas corpus. Dessa forma, como a matéria não foi submetida a debate na instância ordinária, este Tribunal Superior encontra-se impedido de pronunciar-se a respeito, sob pena de indevida supressão de instância.

Recurso em habeas corpus desprovido (RHC 71.109/RJ, de minha Relatoria, QUINTA TURMA, DJe 01/08/2018).

Ademais, cumpre informar que em consulta ao *site* do Tribunal de origem, verifiquei que o paciente foi submetido a exame criminológico e, contra a decisão do Juízo a Execução, a defesa interpôs agravo em execução (NPU 9004841-02.2018.8.26.0050), pendente de julgamento, porquanto os autos foram remetidos em 30/5/2019 à Procuradoria Geral de Justiça para parecer.

Ante o exposto, não conheço do *habeas corpus*.

Publique-se. Intimações necessárias.

Brasília, 11 de junho de 2019.

MINISTRO JOEL ILAN PACIORNIK

Relator

